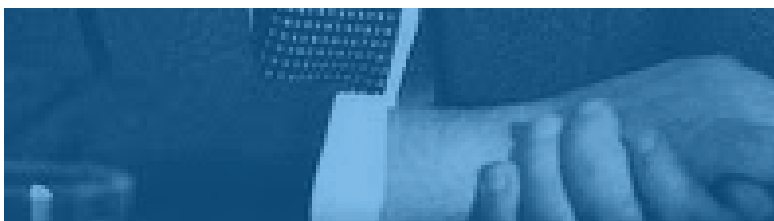




MANUAL — AUTÁRQUICO





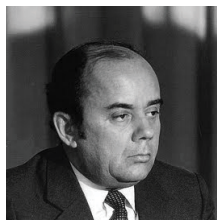
Largo Adelino Amaro da Costa,
5 1149-063 Lisboa
Portugal

Correio Electrónico: sedenacional@juventudepopular.org

Telefone: +351 218 814 726

Juventude Popular | Manual Autárquico
Autor: Juventude Popular
Imagem: Miguel Pimentel Pires

Juventude Popular © 2016



"Para nós, autarcas, a politica é a transofrmação
do poder em serviço."

- Nuno Krus Abecasis



ÍNDICE

- 03** INTRODUÇÃO POLITICA
- 07** OPÇÕES PROGRAMÁTICAS
- 13** ALBERGARIA-A-VELHA
- 24** PONTE DE LIMA
- 30** VELAS
- 34** VALE DE CAMBRA
- 38** SANTANA
- 42** LEGISLAÇÃO
- 71** CONCLUSÃO





INTRODUÇÃO POLITICA

O CDS encontra na Juventude Popular (JP) a primeira garantia de renovação da sua linha dirigente, a segurança na continuação do Partido nos tempos vindouros e a certeza de que a abordagem aos mais novos consegue promover mais eficazmente o crescimento sustentável que desejamos.

Embora o CDS e a JP sejam organizações autónomas no que respeita aos seus programas políticos e modelos de gestão, não podemos – nem queremos – escamotear a similitude ideológica que as une, a identidade de pensamento que as define, nem a proximidade no campo da acção que as orienta.

O CDS deu a vida à JP. A JP dá vida ao CDS. É nessa relação simbiótica que devemos procurar situar-nos e manter-nos, sendo certo que a grandeza de uma medir-se-á pelo grau de força que a outra tiver, beneficiando ambas da convergência de sinergias na assunção dos objectivos comuns.



Ao CDS e à JP, num salutar espírito de um entendimento natural, competir-lhes-á concertarem posições e coordenarem políticas conjuntas que visem idênticos fins, comportando-se dignamente como parceiros estratégicos e de interesses partilhados. Assiste a ambas a obrigação de facultarem à outra os meios tidos por convenientes para o cumprimento do seu papel, de acordo com a sua natureza.

Do Partido espera-se que atenda e saiba integrar os quadros mais valiosos e promissores que a sua “Jota” for capaz de formar, provendo-lhes o destaque e o protagonismo que merecem, seja nos órgãos internos ou nas suas listas próprias.

O preconceito existe em política e cabe-nos erradicá-lo através de um relacionamento inter-geracional vantajoso nos dois sentidos. Rejeitamos, nessa medida, o entendimento de que os “jotinhas”, como vulgarmente são designados na opinião pública - num tom manifestamente pejorativo - servem apenas para realizar as tarefas acessórias e instrumentais na agenda quotidiana dos Partidos.

A participação cívica dos mais jovens, no quadro da JP, não se caricatura com a figura do moço de recados, do laçao que executa os fretes dos adultos, do menino que abana as bandeiras, do verbo-de-encher os lugares de suplente, nem do figurante para compor as molduras humanas nos comícios.

O argumento da inexperiência dos jovens não poderá colher quando o princípio geral nos diz que todos os militantes carecem de habilitações empíricas até lhes ser concedida a oportunidade de desempenharem determinadas funções. O que se advoga é que a falta de currículo político não seja causa de exclusão dos mais novos, a quem se reveja o perfil, as competências e a maturidade indicadas para justificarem a aposta do Partido.



A verdadeira renovação não se atém na mera rotatividade de figuras. A simples alternância não introduz nenhum elemento novo no sistema. Não podem ser sempre os mesmos a perfilar-se para a sucessão aos mesmos lugares.

Se cremos na renovação moderada e gradual temos obrigatoriamente que dar espaço a novas pessoas, para evitarmos incorrer numa desnecessária tautologia. A política precisa de personalidades novas – de preferência diferentes do comum - que, num ambiente de liberdade e de confiança, se tornem aptas a fazer as suas escolhas, dar largas à sua criatividade, tentar liderar e construir novas soluções.

Defendemos o mérito como o primordial critério de gestão aplicável a todas as decisões sobre pessoas, sem discriminar entre os mais velhos e os mais novos. Queremos os melhores na primeira linha da JP e na do CDS, a começar, desde logo, nas estruturas locais, até aos órgãos nacionais.

Nesse contexto, à luz da importância histórica da JP na vida do CDS e dos jovens portugueses, que é coerente com o aparecimento contínuo de inegável valor humano, o qual, justiça lhe seja feita, tem granjeado simpatias junto de novos eleitorados, justifica-se que o Partido olhe para os dirigentes da JP como apostas certas e fiáveis para não só requalificarem a arquitectura orgânica do CDS, como também para constarem das suas listas candidatas ao poder local e central.

Por seu turno, conta-se da JP que seja embaixadora da visão do Partido junto dos mais jovens, que convoque as novas gerações a participar civicamente no quadro da sua matriz fundacional e que não prescinda de contribuir para o aperfeiçoamento da vida interna do CDS.



Cabe, pois, à JP fazer assentar o crescimento do Partido nas novas gerações, curar a vertigem pelo centrão, procurar introduzir a traduzir a nossa doutrina política ao destinatários mais jovens, formar consciências, educar para a cidadania, iniciar uma mudança de paradigma: colocar os pais a votar nos filhos e não os filhos a votar nos pais.

Com o presente Manual Autárquico cumprimos a missão de formar os nossos jovens militantes, asseverando a oportunidade de aprenderem com os testemunhos de quem sabe o que é gerir e liderar um Município, ao abrigo da carta personalista que nos define a carga doutrinária; de assimilarem as orientações programáticas emanadas pelo órgão coordenador do CDS; e de estudarem a legislação tangente à sua actividade como futuros autarcas.

A política, enquanto mecanismo de acção que visa a prossecução do bem comum e a prestação altruísta do serviço aos outros e ao País, é também para a JP o meio indispensável ao reconhecimento das liberdades do Homem.

Estaremos prontos para assumir novas funções.
Assim nos convoque o CDS!



FRANCISCO RODRIGUES DOS SANTOS

PRESIDENTE DA JUVENTUDE POPULAR



OPÇÕES PROGRAMÁTICAS

Como disse Amaro da Costa, as autarquias estão para os Democratas-Cristãos como os sindicatos para os partidos de esquerda. Devemos interpretar que é através do exercício do Poder Local que melhor podemos responder aos anseios e preocupações das pessoas; é através do exercício do poder local, na oposição ou no poder executivo, que melhor podemos servir as pessoas. Lembremo-nos que as autarquias locais, freguesias e municípios, são os órgãos de poder mais próximos das pessoas. Lemos no preâmbulo da Carta Europeia de Autonomia Local que “as autarquias locais são um dos principais fundamentos de todo o regime democrático” e que a sua existência “permite uma administração simultaneamente eficaz e próxima do cidadão”.

Ora, se o desempenho dos nossos autarcas for exemplar, as pessoas reconhecerão o trabalho do CDS; assim, o trabalho autárquico ajudará o Partido a crescer nas eleições legislativas.



Por outro lado, o crescimento autárquico do CDS também é importante para as populações porque, como dizia Nuno Abecassis, “como autarcas, transformamos o poder em serviço”.

Os autarcas do CDS exercem os seus mandatos a partir dos valores, com espírito de missão. Um autarca Democrata-Cristão tem sempre como prioridade a Pessoa Humana, em tudo o que ela implica, que não se esgota no mero eleitor ou cidadão.

O trabalho dos autarcas do CDS deve ser focado no Homem e na sua Comunidade. Os destinatários preferenciais da acção política dos nossos autarcas são “as pessoas, as famílias, as escolas e as empresas”.

Podemos dizer que os nossos autarcas relevam as políticas de proximidade, como as políticas de família e as políticas sociais e comunitárias. São preocupação dos nossos autarcas a educação, a acção social e a saúde, a criação de emprego através da implementação de condições de fixação de empresas, a limitação da carga fiscal municipal, a segurança das pessoas e bens, a preservação do património cultural, histórico e ambiental, bem como o apoio à actividade económica das suas localidades.

Mas, os nossos autarcas em poder executivo também se destacam pela gestão rigorosa, eficiente, equilibrada e transparente dos orçamentos e serviços municipais e de freguesia.



O Partido tem que entender que, para crescermos em Poder Autárquico, temos de apresentar candidaturas locais fortes, ambiciosas e credíveis. As eleições autárquicas são a principal área de intervenção das Concelhias, pelo que, o seu eficaz funcionamento é essencial para a obtenção de bons resultados eleitorais autárquicos

As concelhias, estatutariamente, têm por incumbência “dirigir, impulsionar e coordenar a acção política na área do município”. No dia-a-dia, em articulação com os nossos eleitos, devem intervir no apoio à governação onde somos poder, e na crítica, fiscalização e apresentação de políticas alternativas onde somos oposição. É importantíssimo que as nossas estruturas e os nossos eleitos façam ouvir os anseios e as preocupações das pessoas; fazer ouvir, com interesse pelos problemas, entendendo e sabendo responder; envolvendo-se pelas causas das pessoas e da comunidade local, entrando no coração das pessoas, percebendo-as; integrando as associações e instituições locais. Com esta intervenção diária prepara-se o caminho para as próximas eleições. Mas a preparação física das eleições tem de acontecer, como já referi, logo após as legislativas.

As concelhias têm de fazer o levantamento dos problemas e necessidades do concelho, freguesia a freguesia. Têm de, desde logo, escolher os candidatos, cabeças de lista, às freguesias, candidatos fortes, respeitados pela comunidade e que se identifiquem com os nossos valores. Não podemos deixar esta tarefa para “depois”; bem sabemos como nos concelhos do interior há freguesias despovoadas e se deixarmos que os outros partidos vão fazer os convites antes de nós, quando lá chegarmos já não conseguimos candidatos credíveis.



Cada município tem as suas particularidades próprias e cada candidatura deve ter o seu programa eleitoral específico. Este deve abarcar os “Temas Locais” e as soluções para as preocupações e anseios das populações locais.

No entanto, as grandes opções da política autárquica devem ser comuns aos candidatos do CDS, independentemente do território. Estas grandes opções centram-se em 4 grandes Eixos:

- Família;
- Empresas/Emprego;
- Sustentabilidade (municípios Verdes e Azuis);
- Cultura

- O autarca CDS defende a moderação da política fiscal municipal, dando prioridade à redução de taxas, à devolução de poder de compra às famílias e à competitividade económica de cada concelho.

- O autarca CDS defende finanças locais equilibradas, com veemente combate ao desperdício e ao clientelismo.

- O autarca CDS não dará o seu apoio à proliferação de empresas municipais e será exigente no pagamento atempado das dívidas das Câmaras.

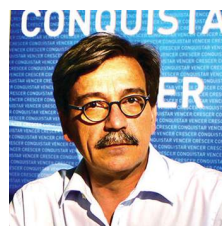
- O autarca CDS apoiará as políticas que respeitem o princípio da subsidiariedade: é favorável à contratualização de funções com as IPSS e a sociedade civil.



- O autarca CDS compromete-se a favorecer uma política de preços públicos favorável à família, com especial atenção pelas famílias numerosas.
- O autarca CDS considera prioritária a acção social das autarquias, empenhando-se profundamente em políticas de apoio à maternidade e paternidade, redução da pobreza e promoção de bons equipamentos e programas para idosos, crianças e deficientes.
- O autarca CDS dará atenção redobrada à questão da segurança. Queremos que os Contratos Locais de Segurança sejam uma mais-valia eficaz na protecção da liberdade e da tranquilidade públicas; em casos justificados, defendemos a videovigilância.
- O autarca CDS lutará para garantir, em cada município, boas práticas de ordenamento do território e ambiente, com destaque para a eficiência energética, particularmente dos edifícios, a democratização das energias renováveis, a sensibilização e a monitorização da poluição.
- O autarca CDS considera a mobilidade dos cidadãos como fazendo parte do seu direito mais vasto à liberdade, pelo que estará atento a todas as questões relacionadas com o trânsito, os transportes colectivos e a segurança rodoviária, particularmente dos peões.
- O autarca CDS dá importância à qualidade urbanística dos municípios e é sensível à preservação da identidade histórica das aldeias, vilas e cidades, o que pode e deve ser acompanhado por infra-estruturas modernas e por uma boa oferta de serviços e actividades culturais.



- O autarca CDS defende a valorização e promoção dos produtos tradicionais de cada região, ajudando a reconhecê-los e qualificá-los.
- O autarca CDS empenhará a sua voz e o seu trabalho em políticas de coesão territorial.
- O autarca CDS aproveitará as possibilidades abertas pela descentralização do sistema educativo para apoiar o papel insubstituível dos professores na escola, defender a pluralidade dos projectos educativos, incentivar a concorrência dos mesmos, promover a liberdade de escolha e favorecer a ligação entre escolas e empresas.
- O autarca CDS promoverá a atracção e fixação de empresas que contribuam para o desenvolvimento económico, criação de riqueza e criação de emprego no seu município. Essas empresas devem contribuir também para o desenvolvimento harmonioso e sustentável das localidades, focando-se nas potencialidades da terra ou do mar, conforme o caso.



DOMINGOS DOUTEL

COORDENADOR AUTÁRQUICO NACIONAL DO CDS-PP



ALBERGARIA-A-VELHA

ANTÓNIO LOUREIRO
PRESIDENTE DE CÂMARA





Desenvolvimento económico local

A aposta na promoção e dinamização da actividade económica, o envolvimento das empresas e comércio locais na dinâmica municipal, têm resultado no estreito relacionamento e empatia destes com o Executivo, realçando-se o forte crescimento empresarial e desenvolvimento do comércio local. Prova disso, são as várias reduções fiscais executadas desde o início do mandato, tais como a baixa do IMI, que se encontra fixada na taxa mínima de 0.3%, e da baixa da Derrama, que se encontra fixada em 1.20% e de 0.25%, em empresas com grande volume de negócio e nos casos de empresas que não ultrapassem um volume de negócio anual de 150 mil euros, respectivamente.

Tendo em vista a fixação de novas empresas na Zona Industrial (ZI) de Albergaria-a-Velha, fruto de um trabalho de projecção, desenvolvimento e planeamento territorial unificado, nomeadamente ao nível do novo Plano Director Municipal (PDM), com um substancial aumento de 52% da área da ZI, o território de Albergaria-a-Velha estará dotado de mais vantagens para a dinamização da sua economia e para a valorização do seu capital humano, em defesa da qualificação do nível de vida da população. Estes factores fazem de Albergaria-a-Velha um dos concelhos com menor índice de desemprego da Região Centro.



Acção e Inclusão Social

No âmbito do actual contexto global de crise económica e financeira, o Município de Albergaria-a-Velha está consciente da relevância de que se reveste a prestação de apoio social aos seus munícipes. Perante isto, o Executivo de Albergaria-a-Velha tem feito um esforço contínuo no desenvolvimento da área social do Município. Os programas de acção social tendem a ser inclusivos e contam por isso com medidas destinadas a crianças, jovens, idosos e pessoas portadoras de deficiência. Estas acções são idealizadas com o intuito de melhorar a qualidade vida da comunidade local, apoiando em áreas como a saúde, a educação, a habitação, a violência doméstica e a intervenção familiar.

Nesta linha ideológica, o executivo tem vindo a desenvolver um conjunto de medidas que visam apoiar famílias ou indivíduos isolados.

A criação do Regulamento de Apoio ao Arrendamento, a requalificação dos bairros sociais, o aumento no apoio monetário às IPSS's do Concelho, a criação de uma sala de estimulação sensorial para portadores de deficiência, a elaboração de um Regulamento de Apoio aos Consumos Domésticos de Água, a criação do Cartão do Voluntário (projecto pioneiro a nível nacional que englobou 276 voluntários e 222 estabelecimentos comerciais), o aumento das bolsas de estudo, o "IMI Familiar", que permite a redução do imposto em função do agregado familiar, entre outras medidas, são hoje uma realidade em Albergaria-a-Velha.



Também ao nível da política municipal de inclusão, a Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha lançou um projecto comunitário que pretende envolver a população no embelezamento do centro urbano da cidade, estreitando laços de boa vizinhança e apelando à participação em causas comuns. “Albergaria em Flor – Unidos Criamos Valor” é uma iniciativa social que tem por objectivo florir edifícios habitacionais e comerciais, com recurso a flores e plantas naturais, através do envolvimento dos moradores da cidade.

O Orçamento Participativo (OP) foi outra das marcas deste executivo. O OP foi um processo de inclusão e de aproximação da população à vida política activa. A cooperação entre a Câmara Municipal e os cidadãos contribuiu para a tomada de decisão sobre o destino de uma parte, ou de todos os recursos públicos disponíveis para o orçamento, visando a adequação das políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida. Na vertente deliberativa, a população pôde apresentar e priorizar, através de votação, propostas de investimento para integrar no Plano de Actividades e Orçamento Municipal.

Em suma, o trabalho não se tem confinado apenas à acção social directa, nomeadamente no apoio e promoção de iniciativas concretas de intervenção, mas tem havido uma preocupação em privilegiar a componente social em todo o processo desenvolvimento do concelho, como o trabalho conjunto com as instituições concelhias.



Educação e Empreendedorismo

O conceito de Educação e empreendedorismo permitem que também os jovens, desde muito cedo, tenham a oportunidade de aprender fazendo, de construir aprendendo, de sentir a utilidade da sua participação na vida da comunidade a que pertencem. Promovendo a formação a professores e agentes empreendedores, organizando concursos de ideias e projectos, conseguindo um excelente nível de participação, dinamizando clubes de empreendedorismo nas escolas cujo trabalho resultou num grande conjunto de ideias de projecto, concretizáveis, viáveis, premiados nas várias fases, fizeram com que o Município de Albergaria-a-Velha se tenha destacado na Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro ao nível do Empreendedorismo nas Escolas, marcando uma posição inigualável em qualidade e quantidade. Desde 2014 que a estrutura orgânica do município conta com uma Unidade de Apoio ao Empreendedorismo, que funciona como ponto de contacto entre a autarquia e as empresas e que tem como missão apoiar o tecido empresarial do concelho, promovendo a sua modernização, reforçando as dinâmicas locais e estimulando a iniciativa e diversificação empresarial.

Esta Unidade desenvolveu um Plano de Acção de Apoio ao Empreendedorismo, apresentado no decorrer de 2014, e que inclui iniciativas de empreendedorismo escolar, incentivos à criação de empresas, qualificação da zona industrial, entre outros. Um dos projectos mais relevantes do Plano é o Sistema de Incentivos local à criação do próprio emprego e que no ano 2015 permitiu apoiar 12 novas empresas, que já criaram mais de 20 postos de trabalho. Em 2016 já foram apoiadas mais 14 empresas e a expectativa de criação de emprego ultrapassa a do ano anterior.



O Programa Municipal de Educação acresce um vasto conjunto de novas actividades desenvolvidas com a comunidade escolar, tendo como objectivo a promoção de estilos de vida saudáveis, educação ambiental e sustentabilidade, prevenção rodoviária, literacia financeira, empreendedorismo, entre outras. A estreita colaboração com os Agrupamentos de Escolas no desenvolvimento dos seus projectos, a continuidade da requalificação de Escolas do 1º Ciclo e Jardins de Infância, são exemplos do investimento do Executivo em manter e requalificar o património edificado existente, sem descurar a modernização e a adequação dos espaços à sua finalidade. A substituição dos equipamentos informáticos e a implementação da nova plataforma de carregamento e validação de refeições e prolongamento de horário demonstram a qualidade, eficiência e modernização dos serviços disponíveis.

Turismo

O Turismo, enquanto recurso estratégico, constitui um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento do Concelho.

Os Moinhos de Água predominam em Albergaria-a-Velha – o concelho com o maior número de moinhos inventariados da Europa – e constituem um dos elementos mais importantes da paisagem rural das linhas de água que percorrem todo o Concelho. Sendo Albergaria-a-Velha uma terra de tradições feitas de água, pão e moinhos, houve a necessidade de criar a Rota dos Moinhos, com a finalidade de criar uma identidade através de um produto turístico e cultural que alia a preservação e valorização deste património nas suas vertentes material e imaterial. A rota representa hoje a visão para o sector do Turismo para o Município e é a sua imagem de marca.



A existência da Rota dos Moinhos e a tradição de fabrico de pão em Albergaria-a-Velha contribuíram e deram o mote para a criação do conceito do Festival Pão de Portugal. Uma vez que Albergaria-a-Velha é um concelho onde não só existe pão tradicional, mas cuja produção sempre esteve presente no quotidiano da sua população, fazer deste local a capital do pão do nosso país revelou ser uma decisão natural e fundamentada, quer pelos séculos de História, quer pelas centenas de moinhos por ele espalhados. Este evento é hoje em dia considerado um evento âncora de promoção e divulgação do concelho.

Mas nem só de pão vive... Albergaria-a-Velha! O Executivo Municipal tem, também neste campo, promovido e desenvolvido outras actividades, tais como a criação de Percursos Pedestres, dinamização do Centro de Marcha e Corrida, a criação de ciclovias, a criação de parques de lazer, assim como a criação do Centro de Actividades Radicais e Ambientais de Vilarinho de São Roque (CARA). O CARA assume uma importância cultural e social fundamental na dinamização desta 'Aldeia de Portugal'.

Cultura

A cultura assume um papel determinante na vida de qualquer comunidade. O Concelho de Albergaria-a-Velha tem hoje uma oferta cultural diversificada e de qualidade, fruto não apenas do trabalho do Município na promoção directa de iniciativas, como também do inestimável labor dos agentes culturais locais, parceiros de excelência do Município, e de outras parcerias com agentes da cultura de âmbito nacional.



A estratégia do Município tem assentado na consolidação de um modelo de desenvolvimento que alie a cultura, a educação e a economia, de modo a atrair e fixar pessoas e actividades criativas e empreendedoras. A dinamização da actividade cultural nos diversos equipamentos culturais do Município, através da valorização, do apoio e da promoção de diversas iniciativas e eventos tem sido nosso apanágio. Desde o início do mandato que a Câmara Municipal tem feito um esforço no apoio à acção dos agentes culturais locais, incentivando o associativismo e a preservação dos valores culturais tradicionais. Nestas áreas temos de destacar, o Festival Pão de Portugal, um grande evento de dimensão nacional, em volta da gastronomia e de um elemento tradicional que tem uma grande história da nossa região. Trata-se de um evento em que o Município apoia a produção cultural local, uma vez que durante o festival há diversas apresentações e espectáculos produzidos por associações ou grupos albergarienses, o que permite evidenciar a qualidade do que se faz no Concelho.

A Rota dos Moinhos é outra das vertentes desta política. O levantamento e inventariação dos mais de 350 moinhos de rodízio no Concelho permite a preservação destes engenhos com mais de um século; o desenvolvimento de turismo de natureza; a preservação do património cultural e natural e a atracção de visitantes de Portugal e do estrangeiro. Também o Albergaria ConVida – Feira Regional de Artesanato e Gastronomia, evento que é já uma referência na região de Aveiro, tem vindo a ser aposta deste Executivo, que ao longo do mandato tem melhorado as condições do espaço físico e dinamizado o evento com novas atracções, com o propósito de atrair mais visitantes ao Concelho e promover a economia local.



Não menos importante, o Cineteatro Alba, o Hall da cultura Albergariense, faz incontornavelmente parte do pluralismo cultural do Município. Sendo um espaço de apresentação, produção, acolhimento e criação de projecto artísticos amadores e profissionais, tem funcionado em articulação com os espaços pertencentes à rede cultural do município de Albergaria-a-Velha. A sua programação tem promovido a formação, qualificação e fidelização dos públicos, através da realização de projecto artísticos que privilegiam a utilização dos recursos materiais e imateriais do território. Através de uma política cultural de inclusão, o Cineteatro Alba tem ainda promovido o encontro entre o público e a criação artística contemporânea, desenvolvendo novos olhares e linguagens sobre a actualidade e incentivando a criatividade.

Outra vertente desta política é a preservação de sítios arqueológicos de interesse, continuando escavações em locais que estavam ao abandono há décadas, valorizando-os e ou musealizando-os, como são o caso das Mamoas do Taco, monumentos funerários com cerca de 5000 anos, ou do Monde de São Julião, na freguesia da Branca. A aposta que tem sido levado a cabo com a identificação e valorização dos Caminhos de Santiago, no caso o Caminho Português e o Caminho Caramulo/Vouga, é outro aspecto desta política cultural que alia turismo, natureza, património e religião. O Município lançou também uma política de estudo, inventariação, preservação, conservação classificação e divulgação do património natural, histórico, cultural e arqueológico do concelho, como forma de valorização do território e do património, tornando-o mais competitivo, atractivo e diferenciado.



Destaca-se aqui o lançamento da Revista “Albergue”. A criação da Revista “Albergue” veio criar uma marca de dinâmica cultural do Município, com o contributo de excelência de cidadãos e munícipes que promovem a investigação, a preservação, a valorização e a divulgação do património concelhio, com documentos e fontes históricas, que colaboram para o enriquecimento e conhecimento da história local. Com a publicação anual da Revista “Albergue”, a Câmara Municipal corporiza os princípios preconizados desde a sua 1ª edição: veículo de divulgação de discussão da memória colectiva; local onde aqueles que se dedicam ao estudo da história possam editar os seus estudos; incentivo para que mais e melhores trabalhos de investigação possam surgir; meio de angariação de uma base iconográfica, impedindo assim o desaparecimento definitivo de um sem número de documentos gráficos e fotográficos.

Indo ainda ao encontro da preservação do património cultural, a Câmara Municipal tem apostado fortemente na dinamização do Arquivo Municipal. Testemunho disso foi o lançamento de uma página de internet que permite o acesso aos seus acervos e fundos arquivísticos. Com esta nova página do Arquivo, a Câmara municipal tornou-se pioneira na Região de Aveiro, ao disponibilizar uma plataforma de software livre, conforme recomenda a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas. A página disponibiliza a todos os munícipes milhares de registos em suporte digital, tais como projecto de arquitectura, jornais, fotografias, arquivos familiares, actas e mesmo os mais relevantes para a História de Albergaria, como a documentação autárquica desde 1835 ou os forais medievais.



O Município tem garantido igualmente o apoio a edições temáticas de interesse cultural, como o catálogo da exposição da Cinemateca Portuguesa e do Museu de Neo-realismo, que assinala o centenário do nascimento do cineasta albergariense Manuel Guimarães, ou o documentário “Alba – Uma marca ao serviço da comunidade”, sobre o fundador da Fábrica Metalúrgica Alba, um dos grandes motores de desenvolvimento da comunidade Albergariense.

Albergaria-a-Velha é hoje um local de criação contínua e palco de uma intensa vida cultural, com projecção local, regional e nacional. A oferta cultural de excelência de Albergaria-a-Velha é hoje um factor diferenciador que distingue o Concelho e as suas gentes, surpreendendo e proporcionando experiências de qualidade para as várias faixas etárias.



ANTÓNIO LOUREIRO
PRESIDENTE DE CÂMARA



PONTE DE LIMA

VICTOR MENDES
PRESIDENTE DE CÂMARA





O próximo ano encerrará um ciclo de intervenções que integram a estratégia de desenvolvimento do concelho pautada, logo do início, por opções políticas claras e objectivas. Contudo a concretização da “estratégia”, ou melhor, o alcance dos resultados não se compadece de um prazo temporalmente limitado mas deverá ir para além disso, sendo no entanto fundamental garantir a concretização por metas e fases intermédias.

Será importante referir que o esforço por manter a boa situação económica e financeira do Município, tem vindo a ser realizado num cenário em que os cortes das transferências da Administração Central foram efectivamente imensos. Mesmo assim o Município não descuidou e continuou a assegurar, ou mesmo reforçar, os compromissos assumidos no contexto daqueles que são os 5 pilares de desenvolvimento que pautam a nossa actuação e que insistimos em manter: Educação e Valorização Profissional; Acção Social; Apoio ao Desenvolvimento Empresarial e Criação de Emprego; Valorização dos Recursos Endógenos; e Parcerias e Cooperação Interinstitucional.

A aposta no capital humano, na educação e formação dos cidadãos, é incontornável, pois independentemente dos recursos existentes em cada território é a forma como as populações utilizam esses recursos, valorizando-os economicamente, fomentando a competitividade, o crescimento e desenvolvimento desses mesmos territórios.



No âmbito das competências da autarquia e na definição das políticas para a educação, torna-se fundamental ajudar a criar as condições que promovam o sucesso escolar e a redução da taxa de abandono escolar envolvendo todos os agentes educativos. A igualdade de oportunidades surge como uma preocupação constante realçando-se, neste contexto, a importância da Acção Social Escolar. A cooperação entre autarquia e as escolas é outra das apostas bem-sucedidas, caracterizada por uma grande dinâmica dos vários Serviços Educativos do Município na perspectiva de estimular o conhecimento pelo envolvimento dos alunos e da promoção de projectos pedagógicos relacionados com o conhecimento do nosso território e dos nossos recursos endógenos, reforçando a identidade local.

Concretizada a fase do reordenamento dos equipamentos educativos do concelho, que implicou um esforço financeiro considerável e toda uma adaptação inicial em termos funcionais e logísticos, que está agora optimizada, dá-se agora continuidade aos projectos de natureza mais imaterial, de cariz pedagógico, pensados no contexto desta estratégia e na articulação entre as escolas, comunidade e a autarquia.

A política da acção social do Município é assumida numa perspectiva reparadora e preventiva, recorrendo à dinâmica das parcerias e rentabilizando os recursos, nomeadamente na criação de valências e respostas sociais necessárias com o objectivo de promover a qualidade de vida e o desenvolvimento social local.



O papel social da autarquia, para além de contemplar questões de providência, estende-se aos auxílios na forma de subsídios de que são exemplos o “Ponte Amiga” e a “Casa Amiga” efectuando-se também na resolução de problemas de risco iminente, como o caso de inserção habitacional de estratos mais carenciados, numa estratégia fundamentada de redução de situações de exclusão social. O “Centro com Vida”, sendo um apoio ao arrendamento jovem, perspectiva também dar um valioso contributo na promoção da dinâmica da regeneração urbana ao nível do investimento privado no Centro Histórico de Ponte de Lima, complementando outras iniciativas, como por exemplo o programa “Terra Reabilitar” e investimentos ao nível na requalificação dos espaços públicos promovidos pelo Município.

A persecução de uma economia próspera, sustentável e geradora de emprego mantém-se como um dos objectivos fundamentais do Município que, através da promoção de um conjunto de medidas e iniciativas, tenta criar melhores condições para a consolidação do nosso tecido empresarial e atracção de novos investimentos.

A política municipal a este nível passa pelo apoio nas capacidades empreendedoras e ideias de negócio com destaque a projectos que apostem na excelência dos seus produtos, na modernização e valorização económica dos recursos endógenos que integram a estratégia de desenvolvimento do concelho, na procura de nichos de mercado internos e externos singulares e na aposta em sectores como o turismo, através da oferta de produtos diferenciadores capazes de atrair o consumidor estrangeiro. O granito, o vinho, a gastronomia, as actividades da natureza, as actividades equestres, a náutica e a indústria agro-alimentar na área dos enchidos e fumados, continuarão a ser, por seu turno, alguns dos sectores que irão a merecer especial atenção.



A construção de um Pavilhão de Feiras e Exposições - Expoli-ma, que entrará em funcionamento em 2017, fundamenta-se e dá corpo a essa estratégia. Esta importante infra-estrutura irá trazer consigo um grande potencial de crescimento e uma outra dignidade para a realização, entre outras valências, dos vários eventos promotores da economia local através da valorização dos nossos recursos endógenos.

Assim, é nosso entendimento que o apoio ao desenvolvimento empresarial passa também pela criação de condições de atractividade ímpares que resultam da conjugação entre as condições físicas de promoção e acolhimento, das excelentes acessibilidades existentes, dos serviços municipais de baixo valor e dos benefícios fiscais dados às empresas, reforça-se ainda a existência de qualidade da mão-de-obra e o facto de o concelho ser cada vez mais reconhecido como um território geoestratégico de grande importância pela vizinhança aos grandes centros urbanos como o Porto, Braga e Galiza.

Neste contexto e como referido, será também fundamental garantir a continuidade e estabilidade de um conjunto de medidas relativas aos benefícios fiscais sobre os quais os órgãos municipais detêm a necessária autonomia para concretizar ou propor a sua redução ou isenção (IMI, IMT, Derrama, 5% do IRS Municipal). Apesar do grande esforço financeiro em causa, pois estas medidas implicam uma perda de receita de cerca de 2,6 milhões de euros por ano, o que corresponde a cerca de 10 milhões de euros para um período de 4 anos de mandato, entendemos que estas são efectivamente medidas diferenciadoras que conferem atractividade ao concelho, permitindo libertar liquidez às empresas e famílias.



No que diz respeito à cooperação com outras entidades de nível supramunicipal, reafirmamos e reconhecemos a importância do contributo de cada município para a concretização da estratégia de desenvolvimento do território onde nos inserimos, o Alto Minho. Os benefícios que a visão integrada do território pode trazer, quer pelos ganhos de escala, querem pelo aproveitamento de sinergias existentes, é cada vez mais premente pois traduz por si só uma maior eficiência e eficácia na utilização dos recursos públicos. Esta lógica da parceria institucional e da rentabilização de recursos é também aplicada ao nível da cooperação com as Juntas de Freguesias, Associações e IPSS's do Concelho na implementação de projectos que, sendo prioritários e enquadrando-se na estratégia de desenvolvimento preconizada para o concelho, contribuam para a melhoria da qualidade de vida das nossas populações.

“Quando as coisas têm, para nós, um significado, temos consciência do que fazemos; quando não o têm, agimos cega, inconscientemente e de modo não inteligente.” - John Dewey



VICTOR MENDES

PRESIDENTE DE CÂMARA



VELAS

LUÍS SILVEIRA
PRESIDENTE DE CÂMARA





Fui eleito autarca muito novo. Tinha pouco mais de 20 anos. A conjuntura não era fácil. Poucos achariam que a lista do CDS-PP, por mim encabeçada, à Junta da minha freguesia natal (Rosais, no concelho das Velas, na ilha de São Jorge), seria vencedora. Porque era um jovem candidato, num contexto relativamente conservador, onde alguém com mais experiência de vida seria melhor aceite para gerir os destinos da causa pública. Fizemos uma lista com gente mais experiente que me secundarizava. Fomos para a rua. Apresentamos as nossas propostas, sendo sinceros, prometendo só aquilo que tínhamos a noção que poderíamos fazer pelo bem comum da nossa localidade. No dia das eleições, a lista “daquele jovem trabalhador e bom rapaz”, venceu as eleições.

Não foi fácil. Encontrei uma Junta de Freguesia, com inúmeros constrangimentos aos mais variados níveis. Metemos mãos à obra e durante três mandatos (12 anos) os eleitores de Rosais depositaram em mim e na minha equipa a sua confiança absoluta.

Ser autarca, principalmente ao nível de freguesia, hoje em dia, não é uma tarefa fácil. As pessoas olham para o Presidente de Junta como quem olha para alguém que existe para resolver todos os seus problemas... mesmo aqueles que os autarcas não têm poderes ou competências para os resolver. Mas esta relação de proximidade com as populações, esta sensação de tudo fazer para tentar ajudar a resolver os anseios dos nossos concidadãos é absolutamente gratificante – se bem que, por vezes, também, muito extenuante!



Ser Autarca, nos dias que correm, não é mais um cargo para nos “enfeitar” de vaidade; antes é um sério e exigente compromisso que assumimos na luta quotidiana pela melhoria da qualidade de vida das populações que servimos. Por isso, quando nos predispomos a ser candidatos – e devemos estar sempre predispostos a dar um contributo pela Nossa Terra – devemos ter em mente que os dias vão ser pequenos para os inúmeros afazeres, mas a satisfação pela realização do nosso trabalho e pelo concretizar dos nossos projectos será, igualmente, enorme. Podemos, de facto, ficar vaidosos, se, no fim, olharmos para trás e registarmos o desenvolvimento que ajudamos a preconizar e a satisfação das populações que ajudamos a ser mais felizes!

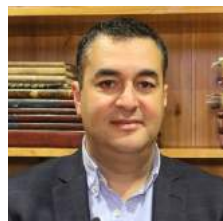
Os desafios que se colocam hoje aos autarcas, num tempo de globalização, obrigam a que sejamos estrategas e empreendedores: estrategas para dar respostas a uma realidade que muda quase tão depressa como o tempo passa; empreendedores porque, com poucos recursos, temos que ser capazes de concretizar a melhoria da qualidade de vida das nossas gentes, dentro da especificidade do nosso território. Mas atenção! Não se pode (nem deve) procurar o melhor para a Nossa Terra, sem ter em conta que: “na política, como na vida, não vale tudo!”.

O autarca de hoje tem que acreditar que é possível concretizar sonhos na sua terra. Esta concretização só é possível em diálogo constante com os cidadãos, materializando uma efectiva relação de proximidade, marcando uma forte presença no dia-a-dia, pois os eleitores são, cada vez mais, esclarecidos e selectivos nas escolhas que fazem. Os cidadãos já não votam tanto nos partidos, antes nas pessoas com quem se identificam mais e melhor.



Assim, exercer a actividade política numa autarquia é dos melhores serviços públicos que podemos prestar, sempre balizando a nossa actuação no rigor dos dinheiros públicos, na seriedade da palavra dada, na eficácia das respostas que damos e na excelência da governação que exercemos.

A experiência é muito importante; mas o altruísmo de podermos servir bem os nossos concidadãos e as nossas localidades é determinante para podermos ser autarcas com qualquer idade. E a juventude pode (e tem que) acreditar que é possível!



LUÍS SILVEIRA

PRESIDENTE DE CÂMARA



VALE DE CAMBRA

JOSÉ PINHEIRO
PRESIDENTE DE CÂMARA





A actividade autárquica é talvez das mais compensadoras na área da política. Não obstante muitas vezes longe dos holofotes mediáticos, é na proximidade com as pessoas e os problemas que mais depressa se pode fazer a diferença, intervindo de forma directa na vida das comunidades, conhecendo o terreno e tomando decisões com impacto visível na vida das pessoas. O Poder Local é, muitas vezes, a primeira linha de defesa nos tempos mais conturbados, aqueles em que os cidadãos vêem desabar sobre si uma série de problemas que necessitam de uma resposta quase imediata. Daí que ser autarca é também ter a sensibilidade para perceber que a gestão de uma câmara municipal vai muito além de uma simples folha de Excel, embora o equilíbrio financeiro seja fundamental para alavancar essas respostas exigidas.

Foi esse o nosso caminho quando assumimos a presidência da Câmara Municipal de Vale de Cambra. A herança que nos caiu no colo foi a de uma autarquia endividada até ao limite, com uma série de pontas soltas em termos financeiros e com perspectivas quase nulas no que ao investimento diz respeito. Como tal, o primeiro grande desafio foi pôr ordem na casa, convictos de que de outra forma seria impossível intervir no município, lançando obras necessárias e recuperando património municipal que de outra forma dificilmente voltaria ao domínio público. Tivemos consciência de que o momento que o País vivia, e ainda vive, é delicado, e que a via da recuperação não poderia passar por sobrecarregar ainda mais as famílias e as empresas com um garrote fiscal impeditivo do crescimento e progresso desejado. Em Vale de Cambra, através de uma política de grande rigor e transparência, conseguimos avançar para o saneamento financeiro do município sem recorrer à subida dos impostos, muito pelo contrário.



Nos últimos três anos, os impostos cobrados às famílias e empresas cambrenses baixaram consistentemente, num claro sinal de que os estímulos à economia devem vir de quem tem poder de decisão, olhando para lá do imediato e pensando a médio/longo prazo. Olhamos agora com satisfação para o trabalho efectuado e estamos orgulhosos do caminho que percorremos.

Ser presidente de câmara é, por isso, extremamente exigente, mas, ao mesmo tempo, muito compensador. É ao presidente de câmara que as pessoas recorrem para resolver o buraco na rua ou a falta de água. Nesta relação de afectos, vamos conhecendo os nossos munícipes, percebendo os seus problemas e anseios e, mais importante, colocamo-nos numa posição de igualdade. Somos um deles, com o bónus de termos poder de decisão em matérias que podem fazer a diferença. Ser autarca nunca pode ser encarado como um trabalho político menor ou o tirocínio para ambições mais altas. Até porque não o é. Como presidente da Câmara Municipal de Vale de Cambra, tenho um dia para receber os munícipes. Falo com eles na rua. Conheço as associações, os clubes e as instituições. Ao conseguir uma relação de confiança com os seus munícipes, qualquer autarca tem meio caminho andado para o sucesso.

Tenho um orgulho enorme na actividade autárquica que desenvolvo e acredito que ainda tenho muito para dar ao meu concelho. Mas não devemos descurar o futuro e é nas gerações mais novas que estão os próximos autarcas, com ideias frescas e abordagens diferentes aos problemas das pessoas.



Esta passagem de testemunho deve ser feita de forma serena e num contexto de evolução do Poder Local. Até lá, trabalhamos em conjunto e com um só propósito: criar melhores condições de vida para as comunidades que nos elegem e que servimos.



JOSÉ PINEHIRO

PRESIDENTE DE CÂMARA



SANTANA

TEÓFILO CUNHA
PRESIDENTE DE CÂMARA





O Município de Santana é composto por seis freguesias, São Roque do Faial, Faial, Santana (sede de concelho), Ilha S. Jorge e Arco de São Jorge e está situado na costa norte da Ilha da Madeira.

Segundo os últimos censos de 2011, possuía uma população a rondar os 7700 habitantes. Trata-se de um concelho essencialmente rural e com uma componente turística forte mas, com grandes possibilidades de crescimento, nomeadamente no chamado turismo “natureza”.

Possuímos no nosso território: O Pico mais elevado da Madeira, o Pico Ruivo com 1881 metros, o Maciço Rochoso Central, duas das mais famosas levadas (canais de água) da região, a Levada do Caldeirão Verde/Inferno (Santana) e a Levada do Rei (São Jorge), Miradouros em quase todas as Freguesias onde se pode deslumbrar o interior da Madeira, como toda a costa norte da mesma. Somos o município com a segunda maior área da Floresta da Laurissilva, Património Natural Mundial da Unesco, Reserva da Rocha do Navio e Reserva da Biosfera também um galardão atribuído pela Unesco.

Culturalmente e no património edificado possuímos as famosas casas típicas de Santana em colmo em duas águas, imagem de marca da Madeira, Moinho à Água o único que ainda funciona em toda a região bem como uma Serragem também movida à água. Na nossa etnografia possuímos dois grupos folclóricos.

Actividades/eventos anuais mais importantes: Festa dos Compadres (carnaval tradicional de Santana), 24 Horas à Bailar (evento dedicado ao folclore), Semana Gastronómica e uma prova de UltraSky Marathon, prova de Trail à contar para o campeonato Mundial e Ibérico da Modalidade.



O que herdámos e o que já fizemos:

Financeiramente:

Uma Dívida Total na ordem dos 8.4 milhões de euros – Financeira, 5.7 milhões de euros e uma Dívida Comercial na ordem dos 2.7 milhões de euros e um prazo médio de pagamento a rondar 400 dias, num Orçamento Municipal na ordem dos 6.3 Milhões de euros (2017)!

E uma câmara sujeita a um Plano de Saneamento até 2021 e com um prazo médio de pagamento aos fornecedores a rondar 400 dias!

Situação actual:

Uma dívida financeira a 30 de Setembro de 2016 na ordem dos 2.5 milhões de euros e de 330 mil euros a Empresa da Electricidade da Madeira (protocolada) e um prazo médio de pagamento aos fornecedores de 3 dias!

Chegaremos a 31 de Dezembro de 2017 com uma dívida financeira/EEM e a rondar os 2.1 milhões de euros!

Social:

IRS variável - Fomos a primeira câmara da região a devolver progressivamente o IRS variável e no ano de 2017 os contribuintes receberão os 5% que é o máximo possível por Lei e passaremos a pertencer ao grupo das 17 câmaras do País que devolvem o valor máximo!

Apoio a natalidade – Atribuímos 100€/mês a cada criança que nasça no município, infelizmente é um dos principais problemas do concelho pois temos uma razão de 4 óbitos por 1 nascimento!



Apoio Escolar – Apoiamos economicamente todos os ciclos de ensino ministrados no município (1.º ciclo até o secundário), através de um apoio monetário que vai dos 50€ até os 175€ dependendo do ano escolar, para a aquisição de Livros e Material Escolar.

Bolsa de Estudo – Apoiamos todos os alunos do concelho (125 este ano) que estejam no ensino universitário, com um valor mensal médio de 65 euros.

Equipamentos:

Já substituímos 30% da frota automóvel municipal (possuímos 25 automóveis) e 70% do hardware de todos os serviços do município.

Investimentos:

Cumprindo todos os nossos compromissos com a banca, pessoal e de funcionamento, temos um Plano de Investimentos a rondar os 1.5 milhões de euros apenas com fundos próprios e de 4.7 milhões de euros com o apoio de fundos comunitários neste orçamento de 2017!

Muito fizemos e pretendemos fazer ainda muito mais, resumindo, em 4 anos já fizemos muito!



TEÓFILO CUNHA
PRESIDENTE DE CÂMARA



LEGISLAÇÃO

a) Preâmbulo

Numa tentativa de contribuir para o exercício do mandato autárquico, esta colectânea foi organizada, tendo por presente a cronologia dos acontecimentos eleitorais, aliada às preocupações do período pós eleitoral. Acresce, contudo, que atendendo à complexidade e natureza da legislação disciplinadora desta matéria, optámos por seleccionar os diplomas que considerámos absolutamente indispensáveis ao objectivo que pretendemos atingir.

Esta edição visa constituir um verdadeiro roteiro de poio ao acto eleitoral e ao exercício do mandato autárquico, relativizado pela dinâmica legislativa, mas dinamizado pelo apoio que se pretende dar na utilização da mesma.

Assim sendo, a nossa primeira preocupação prende-se com a organização e apresentação das listas aos órgãos autárquicos, pelo que o primeiro diploma que apresentamos é a lei orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto (na sua actual redacção), a qual regula a eleição de titulares para os órgãos das autarquias locais.



Nesta lei destacamos, sobretudo, a preocupação do legislador com a preparação para o exercício do mandato autárquico, dispensando os candidatos efectivos e os candidatos suplentes do exercício das respectivas funções, sejam públicas ou privadas, contando esse tempo para todos os efeitos, incluindo o direito à retribuição e ao tempo de serviço efectivo (art. 8.º).

Por outro lado, os artigos 12.º e seguintes desta lei tratam especificamente as normas relativas à organização das listas. Nesta sede há que chamar à colação a lei orgânica n.º 3/2006, de 21 de Agosto (na sua actual redacção), a qual estabelece que as listas para a Assembleia da República, para o Parlamento Europeu e para as autarquias locais são compostas de modo a assegurar a representação mínima de 33% de cada um dos sexos.

O período eleitoral é, também, objecto de regulamentação por parte da lei orgânica n.º 1/2001, a qual refere que as eleições realizam-se entre os dias 22 de Setembro e 14 de Outubro do ano correspondente ao termo do mandato (art. 15.º), acrescentando-se que as listas podem ser apresentadas por partidos políticos, coligações de partidos políticos constituídas para fins eleitorais e grupos de cidadãos eleitores, seguindo-se os termos específicos para cada tipo de listas. Há, ainda, que realçar que as listas constituídas são apresentadas perante o juiz do tribunal da comarca competente em matéria cível com jurisdição na sede do município respectivo até ao 55.º dia anterior à data do acto eleitoral (art. 20.º), obedecendo aos critérios referidos no artigo 23.º. Findo o prazo de apresentação das listas, as mesmas são analisadas, seguindo-se a sua aprovação ou rejeição, podendo os candidatos reagir contra o acto de rejeição.



É, ainda, objecto deste diploma, a regulamentação dos termos específicos da campanha eleitoral, nomeadamente o início e o termo da campanha e a forma em que se processa a propaganda eleitoral entendida enquanto “toda a actividade que vise directa ou indirectamente promover candidaturas, seja dos candidatos, dos partidos políticos, dos titulares dos seus órgãos ou seus agentes, das coligações, dos grupos de cidadãos proponentes ou de quaisquer outras pessoas, nomeadamente a publicação de textos ou imagens que expressem ou reproduzam o conteúdo dessa actividade” (art. 39.º). Chamamos a atenção para a existência de espaços especiais em locais certos destinados à afixação de cartazes, fotografias, jornais murais, manifestos e avisos, pelas juntas de freguesia, nos termos definidos no artigo 62.º. Por outro lado, há que realçar que o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais encontra-se rigorosamente previsto na lei n.º 19/2003, de 20 de Junho.

É, também, nossa intenção contribuir para preparar aqueles que integram as assembleias de voto. Os artigos 67.º e seguintes da supra citada lei regulam a organização do processo de votação, nomeadamente no que toca à organização e local de funcionamento das secções de voto. Mais especificamente, cumpre dar a conhecer a organização e funcionamento das mesas das assembleias de voto (artigos 73.º e seguintes). Neste caso, realçamos os termos da designação dos seus membros e o respectivo regime de incompatibilidades. As candidaturas concorrentes têm o direito de designar um delegado efectivo e outro suplente para cada assembleia de voto (art. 86.º).



Por outro lado, e não menos relevante, são os precisos termos do exercício do direito de sufrágio, previsto nos artigos 96.º e seguintes daquela lei orgânica.

O processo eleitoral finda com o apuramento dos resultados da eleição. Esse apuramento obedece a um processo específico, previsto nos artigos 128.º e seguintes da lei orgânica, o qual deve ser igualmente sabido pelos actores autárquicos (candidatos e membros das assembleias de voto), considerando a relevância inegável desse processo. Impõe-se o conhecimento específico das formas de reacção às irregularidades eventualmente existentes no decurso desse processo, as quais vêm reguladas nos artigos 156.º e seguintes da lei orgânica; assim como à eventual existência de ilícitos eleitorais (artigos 161.º e seguintes).

Terminando o acto eleitoral, elegem-se os órgãos autárquicos, constituídos pelos eleitos locais – membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias. Aos eleitos locais impõe-se o cabal exercício dos seus mandatos, em claro respeito pelos princípios norteadores de toda a actividade da Administração Pública, definidos no Código do Procedimento Administrativo, dos quais destacamos: princípio da legalidade; princípio da prossecução do interesse público e da protecção dos direitos e interesses dos cidadãos; princípio da boa administração; princípio da igualdade; princípios da justiça e da razoabilidade; princípio da imparcialidade; princípio da boa-fé; princípio da colaboração com os particulares; princípio da decisão; princípio da responsabilidade; princípio da administração aberta; entre outros.



Habitualmente, a maior preocupação centra-se no efectivo exercício do poder executivo. Contudo, esta edição visa garantir uma maior atenção à transversalidade do exercício do mandato autárquico. Dessa forma, abordamos o estatuto do direito de oposição, consagrado na lei n.º 24/98, de 26 de maiô. O legislador consagra a oposição enquanto actividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas, in casu, das autarquias locais. A oposição é, assim, garante do equilíbrio democrático, pelo que se impõe a sua salutar execução.

Tratando-se do governo de órgãos autárquicos, o grande guia há-de ser a Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro (na sua actual redacção), a qual estabelece o regime jurídico das autarquias locais, das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico. Naquela lei, prevêem-se os principais órgãos que constituem as autarquias locais, suas atribuições e respectivas competências. Ora, integrando cada um daqueles órgãos, impõe-se o domínio sobre a sua forma de funcionamento.

A lei começa por distinguir duas entidades: freguesia e município, identificando os órgãos que a compõem. Nesta sede, há que referir que, apesar do artigo 5.º não o dizer, o presidente da câmara municipal é um verdadeiro órgão, na medida em que possui um arsenal de competências próprias (art. 35.º), as quais cumpre conhecer, legitimando-o a tomar decisões independentemente da vontade da Câmara Municipal.

Cumpre, por isso, referir que, qualquer eleito local deve conhecer a citada lei. O que se pretende, por isso, é um domínio tão concreto quanto possível, do manuseamento deste diploma no exercício das respectivas funções.



Esta colectânea termina com um decisivo contributo para assegurar o equilíbrio financeiro das autarquias locais. O rigor financeiro é uma condição sine qua non ao exercício do mandato autárquico, tanto mais que da ausência do mesmo podem advir consequências financeiras, civis e penais para os titulares respectivos. Assim, a lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (na sua actual redacção) – Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso – constitui um importante aliado à governança financeira autárquica e, a par do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro – na sua actual redacção), constituem um importante e incontornável instrumento do poder local.



JOSÉ AUGUSTO FERREIRA

JURISTA



LEGISLAÇÃO

b) Lei eleitoral dos órgãos das autarquias locais

Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto
Alterações	Lei Orgânica Nº 5-A/2001, de 26 de Novembro
	Lei Orgânica Nº 3/2005, de 29 de Agosto
	Lei Orgânica Nº 3/2010, de 15 de Dezembro
	Lei Orgânica Nº 1/2011, de 30 de Novembro
	Lei Nº 72-A/2015, de 23 de Julho



FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei n.º 29/87, de 30 de Junho
Alterações	Lei nº 97/89, de 15 de Dezembro
	Lei nº 1/91, de 10 de Janeiro
	Lei nº 11/91, de 17 de Maio
	Lei nº 127/97, de 11 de Dezembro
	Lei nº 50/99, de 24 de Junho
	Lei nº 86/2001, de 10 de Agosto
	Lei nº 22/2004, de 17 de Junho
	Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro
	Lei nº 53-F/2006, de 29 de Dezembro

ESTATUTO DOS ELEITOS LOCAIS

Lei n.º 29/87, de 30 de Junho

Artigo 1.º

Âmbito

1 - A presente lei define o Estatuto dos Eleitos Locais.

2 - Consideram-se eleitos locais, para efeitos da presente lei, os membros dos órgãos deliberativos e executivos dos municípios e das freguesias.



Artigo 2.º

Regime do desempenho de funções

1 - Desempenham as respectivas funções em regime de permanência os seguintes eleitos locais:

- a) Presidentes das câmaras municipais;
- b) Vereadores, em número e nas condições previstos na lei.
- c) Membros das juntas de freguesia em regime de tempo inteiro.

2 - A câmara municipal poderá optar pela existência de vereadores em regime de meio tempo, correspondendo dois vereadores em regime de meio tempo a um vereador em regime de permanência.

3 - Os membros de órgãos executivos que não exerçam as respectivas funções em regime de permanência ou de meio tempo serão dispensados das suas actividades profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, para o exercício de actividades no respectivo órgão, nas seguintes condições:

- a) Nos municípios: os vereadores, até 32 horas mensais cada um;
- b) Nas freguesias de 20000 ou mais eleitores: o presidente da junta, até 32 horas mensais, e dois membros, até 24 horas;
- c) Nas freguesias com mais de 5000 e até 20 000 eleitores: o presidente da junta, até 32 horas mensais, e dois membros, até 16 horas;
- d) Nas restantes freguesias: o presidente da junta, até 32 horas, e um membro, até 16 horas.

4 - Os membros dos órgãos deliberativos e consultivos são dispensados das suas funções profissionais, mediante aviso antecipado à entidade empregadora, quando o exija a sua participação em actos relacionados com as suas funções de eleitos, designadamente em reuniões dos órgãos e comissões a que pertencem ou em actos oficiais a que devem comparecer.



5 - As entidades empregadoras dos eleitos locais referidos nos n.ºs 2, 3 e 4 do presente artigo têm direito à compensação dos encargos resultantes das dispensas.

6 - Todas as entidades públicas e privadas estão sujeitas ao dever geral de cooperação para com os eleitos locais no exercício das suas funções.

Artigo 3.º

Exclusividade e incompatibilidades

1 - Os presidentes e vereadores de câmaras municipais, mesmo em regime de permanência, podem exercer outras actividades, devendo comunicá-las, quando de exercício continuado, quanto à sua natureza e identificação, ao Tribunal Constitucional e à assembleia municipal, na primeira reunião desta a seguir ao início do mandato ou previamente à entrada em funções nas actividades não autárquicas.

2 - O disposto no número anterior não revoga os regimes de incompatibilidades e impedimentos previstos noutras leis para o exercício de cargos ou actividades profissionais.

3 - Não perdem o mandato os funcionários da administração central, regional e local que, durante o exercício de permanência, forem colocados, por motivos de admissão ou promoção, nas situações de inelegibilidade previstas na alínea h) do n.º 1 do artigo 6.º e nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de Agosto.



Artigo 4.º

Deveres

No exercício das suas funções, os eleitos locais estão vinculados ao cumprimento dos seguintes princípios:

a) Em matéria de legalidade e direitos dos cidadãos:

i) Observar escrupulosamente as normas legais e regulamentares aplicáveis aos actos por si praticados ou pelos órgãos a que pertencem;

ii) Cumprir e fazer cumprir as normas constitucionais e legais relativas à defesa dos interesses e direitos dos cidadãos no âmbito das suas competências;

iii) Actuar com justiça e imparcialidade.

b) Em matéria de prossecução do interesse público:

i) Salvaguardar e defender os interesses públicos do Estado e da respectiva autarquia;

ii) Respeitar o fim público dos poderes em que se encontram investidos;

iii) Não patrocinar interesses particulares, próprios ou de terceiros, de qualquer natureza, quer no exercício das suas funções, quer invocando a qualidade de membro de órgão autárquico;

iv) Não intervir em processo administrativo, acto ou contrato de direito público ou privado, nem participar na apresentação, discussão ou votação de assuntos em que tenha interesse ou intervenção, por si ou como representante ou gestor de negócios de outra pessoa, ou em que tenha interesse ou intervenção em idênticas qualidades o seu cônjuge, parente ou afim em linha recta ou até ao 2.º grau da linha colateral, bem como qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

v) Não celebrar com a autarquia qualquer contrato, salvo de adesão;



vi) Não usar, para fins de interesse próprio ou de terceiros, informações a que tenha acesso no exercício das suas funções.

c) Em matéria de funcionamento dos órgãos de que sejam titulares:

i) Participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos autárquicos;

ii) Participar em todos os organismos onde estão em representação do município ou da freguesia.

Artigo 5.º

Direitos

1 - Os eleitos locais têm direito:

a) A uma remuneração ou compensação mensal e a despesas de representação;

b) A dois subsídios extraordinários anuais;

c) A senhas de presença;

d) A ajudas de custo e subsídio de transporte;

e) À segurança social;

f) A férias;

g) A livre circulação em lugares públicos de acesso condicionado, quando em exercício das respectivas funções;

h) A passaporte especial, quando em representação da autarquia;

i) A cartão especial de identificação;

j) A viatura municipal, quando em serviço da autarquia;

l) A protecção em caso de acidente;

m) A solicitar o auxílio de quaisquer autoridades, sempre que o exijam os interesses da respectiva autarquia local;

n) À protecção conferida pela lei penal aos titulares de cargos públicos;



o) A apoio nos processos judiciais que tenham como causa o exercício das respectivas funções;

p) A uso e porte de arma de defesa;

q) Ao exercício de todos os direitos previstos na legislação sobre protecção à maternidade e à paternidade;

r) A subsídio de refeição, a abonar nos termos e quantitativos fixados para a Administração Pública.

2 - Os direitos referidos nas alíneas a), b), e), f), p), q) e r) do número anterior apenas são concedidos aos eleitos em regime de permanência.

3 - O direito referido na alínea h) do n.º 1 é exclusivo dos presidentes das câmaras municipais e dos seus substitutos legais.

Artigo 7.º

Regime de remunerações dos eleitos locais em regime de permanência

1 - As remunerações fixadas no artigo anterior são atribuídas do seguinte modo:

a) Aqueles que exerçam exclusivamente funções autárquicas, ou em acumulação com o desempenho não remunerado de funções privadas, recebem a totalidade das remunerações previstas no artigo anterior;

b) Aqueles que exerçam funções remuneradas de natureza privada percebem 50% do valor de base da remuneração, sem prejuízo da totalidade das regalias sociais a que tenham direito;

c) (Revogada)

d) Aqueles que, nos termos da lei, exerçam outras actividades em entidades públicas ou em entidades do sector público empresarial não participadas pelo respectivo município apenas podem perceber as remunerações previstas no artigo anterior.



2 - Para os efeitos do número anterior, não se considera acumulação o desempenho de actividades de que resulte a percepção de rendimentos provenientes de direitos de autor.

3 - Para determinação do montante da remuneração, sempre que ocorra a opção legalmente prevista, são considerados os vencimentos, diuturnidades, subsídios, prémios, emolumentos, gratificações e outros abonos, desde que sejam permanentes, de quantitativo certo e atribuídos genericamente aos trabalhadores da categoria optante.

4 - Os presidentes de câmaras municipais e os vereadores em regime de permanência que não optem pelo exclusivo exercício das suas funções terão de assegurar a resolução dos assuntos da sua competência no decurso do período de expediente público.

Artigo 8.º

Remunerações dos eleitos locais em regime de meio tempo

Os eleitos locais em regime de meio tempo têm direito a metade das remunerações e subsídios fixados para os respectivos cargos em regime de tempo inteiro, sendo-lhes aplicável o limite constante da alínea c) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 9.º

Abonos aos titulares das juntas de freguesia

(Revogado pela Lei nº 11/96, de 18 de Abril, que produziu os seus efeitos com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para o ano económico de 1996)



Artigo 10.º

Senhas de presença

1 - Os eleitos locais que não se encontrem em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária do respectivo órgão e das comissões a que compareçam e participem.

2 - O quantitativo de cada senha de presença a que se refere o número anterior é fixado em 3%, 2,5% e 2% do valor base da remuneração do presidente da câmara municipal, respectivamente, para o presidente, secretários, restantes membros da assembleia municipal e vereadores.

Artigo 11.º

Ajudas de custo

1 - Os membros das câmaras municipais e das assembleias municipais têm direito a ajudas de custo a abonar nos termos e no quantitativo fixado para a letra A da escala geral do funcionalismo público quando se deslocarem, por motivo de serviço, para fora da área do município.

2 - Os vereadores em regime de não permanência e os membros da assembleia municipal têm direito a ajudas de custo quando se deslocarem do seu domicílio para assistir às reuniões ordinárias e extraordinárias e das comissões dos respectivos órgãos.



Artigo 12.º

Subsídio de transporte

1 - Os membros das câmaras municipais e das assembleias municipais têm direito ao subsídio de transporte, nos termos e segundo a tabela em vigor para a função pública, quando se deslocarem por motivo de serviço e não utilizem viaturas municipais.

2 - Os vereadores em regime de não permanência e os membros da assembleia municipal têm direito a subsídio de transporte quando se deslocarem do seu domicílio para assistirem às reuniões ordinárias e extraordinárias e das comissões dos respectivos órgãos.

Artigo 13.º

Segurança social

Aos eleitos locais em regime de permanência é aplicável o regime geral de segurança social.

Artigo 13.º-A

Exercício do direito de opção

(Revogado pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de Outubro)

Artigo 14.º

Férias

Os eleitos locais em regime de permanência ou de meio tempo têm direito a 30 dias de férias anuais.



Artigo 15.º

Livre-trânsito

Os eleitos locais têm direito à livre circulação em lugares públicos de acesso condicionado na área da sua autarquia, quando necessária ao efectivo exercício das respectivas funções autárquicas ou por causa delas, mediante a apresentação do cartão de identificação a que se refere o artigo seguinte.

Artigo 16.º

Cartão especial de identificação

1 - Os eleitos locais têm direito a cartão especial de identificação, de modelo a aprovar por diploma do Ministério do Plano e da Administração do Território no prazo de 60 dias a contar da publicação da presente lei.

2 - O cartão especial de identificação será emitido pelo presidente da assembleia municipal para os órgãos deliberativos e pelo presidente da câmara municipal para os órgãos executivos.

Artigo 17.º

Seguro de acidentes

1 - Os membros de órgãos autárquicos têm direito a um seguro de acidentes pessoais mediante deliberação do respectivo órgão, que fixará o seu valor.

2 - Para os membros dos órgãos executivos em regime de permanência o valor do seguro não pode ser inferior a 50 vezes a respectiva remuneração mensal.



Artigo 18.º

Contagem de tempo de serviço

(Revogado pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro)

(...)

Artigo 19.º

Subsídio de reintegração

(Revogado pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de Outubro)

Artigo 20.º

Protecção penal

Os eleitos locais gozam da protecção conferida aos titulares dos cargos públicos pelo n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65/84, de 24 de Fevereiro.

Artigo 21.º

Apoio em processos judiciais

Constituem encargos a suportar pelas autarquias respectivas as despesas provenientes de processos judiciais em que os eleitos locais sejam parte, desde que tais processos tenham tido como causa o exercício das respectivas funções e não se prove dolo ou negligência por parte dos eleitos.



Artigo 22.º

Garantia dos direitos adquiridos

1 - Os eleitos locais não podem ser prejudicados na respectiva colocação ou emprego permanente por virtude do desempenho dos seus mandatos.

2 - Os funcionários e agentes do Estado, de quaisquer pessoas colectivas de direito público e de empresas públicas ou nacionalizadas que exerçam as funções de presidente de câmara municipal ou de vereador em regime de permanência ou de meio tempo consideram-se em comissão extraordinária de serviço público.

3 - Durante o exercício do respectivo mandato não podem os eleitos locais ser prejudicados no que respeita a promoções, concursos, regalias, gratificações, benefícios sociais ou qualquer outro direito adquirido de carácter não pecuniário.

4 - O tempo de serviço prestado nas condições previstas na presente lei é contado como se tivesse sido prestado à entidade empregadora, salvo, no que respeita a remunerações, aquele que seja prestado por presidentes de câmara municipal e vereadores em regime de permanência ou de meio tempo.

Artigo 23.º

Regime fiscal

As remunerações, compensações e quaisquer subsídios percebidos pelos eleitos locais no exercício das suas funções estão sujeitos ao regime fiscal aplicável aos titulares dos cargos políticos.



Artigo 24.º

Encargos

1 - As remunerações, compensações, subsídios e demais encargos previstos na presente lei são suportados pelo orçamento da respectiva autarquia local.

2 - Os encargos derivados da participação dos presidentes das juntas de freguesia nas reuniões das assembleias municipais são suportados pelo orçamento dos municípios respectivos.

3 - A suspensão do exercício dos mandatos dos eleitos locais faz cessar o processamento das remunerações e compensações, salvo quando aquela se fundamente em doença devidamente comprovada ou em licença por maternidade ou paternidade.

Artigo 25.º

Comissões administrativas

As normas da presente lei aplicam-se aos membros das comissões administrativas nomeadas na sequência de dissolução de órgãos autárquicos.

Artigo 26.º

Revogação

1 - São revogadas as Leis n.ºs 9/81, de 26 de Junho, salvo o n.º 2 do artigo 3.º, e 7/87, de 28 de Janeiro.

2 - O n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 9/81, de 26 de Junho, fica revogado com a realização das próximas eleições gerais autárquicas.



Artigo 28.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no primeiro dia do mês seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 10 de Abril de 1987.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em 29 de Maio de 1987.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendada em 2 de Junho de 1987.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

c) REGIME APLICÁVEL AO EXERCÍCIO DO MANDATO DOS
MEMBROS DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Lei n.º 11/96, de 18 de Abril

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei n.º 11/96, de 18 de Abril
Alterações	Lei nº 169/99, de 18 de Setembro
	Lei nº 87/2001, de 10 de Agosto
	Lei Nº 36/2004, de 13 de Agosto



Artigo 1.º

Regime de tempo inteiro e meio tempo

(Revogado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – início de vigência em 18 de Outubro de 1999)

Artigo 2.º

Deliberação sobre o regime de tempo inteiro e meio tempo

(Revogado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – início de vigência em 18 de Outubro de 1999)

Artigo 3.º

Limites

(Revogado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – início de vigência em 18 de Outubro de 1999)

Artigo 4.º

Distribuição de funções

(Revogado pela Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro – início de vigência em 18 de Outubro de 1999)



Artigo 5.º

Remuneração

1 - O valor base da remuneração do presidente da junta de freguesia em regime de permanência é fixado por referência ao vencimento base atribuído ao Presidente da República, de acordo com os escalões seguintes:

- a) Freguesias com mais de 20000 eleitores - 25%;
- b) Freguesias com mais de 10000 e menos de 20000 eleitores - 22%;
- c) Freguesias com mais de 5000 e menos de 10000 eleitores - 19%;
- d) Freguesias com menos de 5000 eleitores - 16%.

2 - Nos casos previstos no artigo 4.º, mantém-se o valor da remuneração do n.º 1 do presente artigo.

3 - A remuneração prevista no n.º 1 deste artigo não acumula com o abono previsto no artigo 7.º

Artigo 5.º-A

Despesas de representação dos membros das juntas de freguesia em regime de permanência

Os membros das juntas de freguesia em regime de permanência têm direito a despesas de representação correspondentes a 30% das respectivas remunerações base, no caso do presidente, e a 20%, no caso dos vogais, as quais serão pagas 12 vezes por ano.



Artigo 6.º

Periodicidade da remuneração

A remuneração prevista no artigo 5.º tem periodicidade mensal, acrescendo-lhe dois subsídios extraordinários de montante igual àquela, em Junho e em Novembro.

Artigo 7.º

Abonos aos titulares das juntas de freguesia

1 - Os presidentes das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito a uma compensação mensal para encargos, fixada por referência às remunerações atribuídas aos presidentes das câmaras municipais dos municípios com menos de 10000 eleitores, de acordo com os índices seguintes:

- a) Freguesias com 20000 ou mais eleitores - 12%;
- b) Freguesias com mais de 5000 e menos de 20000 eleitores - 10%;
- c) Restantes freguesias - 9%.

2 - Os tesoureiros e secretários das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito a idêntica compensação no montante de 80% da atribuída ao presidente do respectivo órgão.

3 - A compensação mensal para encargos tem a natureza de ajuda de custo para todos os feitos legais.



Artigo 8.º

Senhas de presença

1 - Os vogais das juntas de freguesia que não sejam tesoureiros ou secretários têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária correspondente a 7% do abono previsto no n.º 1 do artigo 7.º

2 - Os membros da assembleia de freguesia têm direito a uma senha de presença por cada reunião ordinária ou extraordinária correspondente a 5% do abono previsto no n.º 1 do artigo 7.º.

Artigo 9.º

Dispensa do exercício parcial da actividade profissional

Os membros das juntas de freguesia que não exerçam o mandato em regime de permanência têm direito à dispensa do desempenho das suas actividades profissionais para o exercício das suas funções autárquicas, ficando obrigados a avisar a entidade patronal com vinte e quatro horas de antecedência, nas seguintes condições:

- a) Nas freguesias com 20000 ou mais eleitores - o presidente da junta, até trinta e seis horas mensais, e dois membros, até vinte e sete horas;
- b) Nas freguesias com mais de 5000 e até 20000 eleitores - o presidente da junta, até trinta e seis horas mensais, e dois membros, até dezoito horas;
- c) Nas restantes freguesias - o presidente da junta, até trinta e seis horas mensais, e um membro, até dezoito horas.



Artigo 10.º

Pagamentos ou encargos

1 - A verba necessária ao pagamento das remunerações e encargos com os membros da junta em regime de tempo inteiro ou de meio tempo será assegurada directamente pelo Orçamento do Estado.

2 - O disposto no número anterior não se aplica aos casos a que se referem os n.os 3 e 4 do artigo 3.º.

Artigo 11.º

Legislação aplicável

Aplicam-se subsidiariamente aos eleitos para órgãos das juntas de freguesia, com as necessárias adaptações, as normas da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.

Artigo 12.º

Incompatibilidades

Aplica-se aos membros das juntas de freguesia que exerçam o seu mandato em regime de permanência a tempo inteiro o disposto nas normas da Lei n.º 64/93, de 26 de Agosto, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 28/95, de 18 de Agosto.



Artigo 13.º

Revogação

São revogados o artigo 9.º e o n.º 3 do artigo 10.º da Lei n.º 29/87, de 30 de Junho.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente diploma produzirá os seus efeitos com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para o presente ano económico.

Aprovada em 29 de Fevereiro de 1996.

O Presidente da Assembleia da República, António de Almeida Santos.

Promulgada em 25 de Março de 1996.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendada em 1 de Abril de 1996.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

- e) REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS E DO ASSOCIATIVISMO AUTÁRQUICO



Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro
Alterações	Lei n.º 25/2015, de 30 de março
	Lei n.º 69/2015, de 16 de Julho
	Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março

REGIME JURÍDICO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

Lei nº 169/99, de 18 de Setembro

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei nº 169/99, de 18 de Setembro
Alterações	Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.
	Lei Nº 67/2007, de 31 de Dezembro.
	Lei Orgânica Nº 1/2011, de 30 de Novembro.
	Lei Nº 75/2013, de 12 de Setembro.
	Lei Nº 7-A/2016, de 30 de março.



LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro
Alterações	Lei Nº 20/2012, de 14 de maiô
	Lei Nº 64/2012, de 20 de Dezembro
	Lei Nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro
	Lei Nº 22/2015, de 17 de marco

REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E DAS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS

Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro

FICHA TÉCNICA	
Diploma	Lei n.º 73/2013, de 03 de Setembro
Alterações	Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro
	Lei Nº 82-D/2014, de 31 de Dezembro
	Lei Nº 69/2015, de 16 de Julho
	Lei Nº 132/2015, de 04 de Setembro
	Lei Nº 7-A/2016, de 30 de marco



CONCLUSÃO

A Juventude Popular tem pautado a sua acção com autonomia e responsabilidade. Tem munido os seus intervenientes com ferramentas capazes que os possibilite em nome da juventude popular abraçar os seus desafios com mais e melhor distinção. Numa postura de acção e não de reacção, com uma visão abrangente e solidária perante todo o território estamos conscientes da nossa missão: persistir e servir pela Juventude Portuguesa.

A área de cooperação das autárquicas é das mais importantes da Juventude Popular. O CDS-PP e naturalmente a JP serão chamados a prepararem-se para um dos mais difíceis, mas ao mesmo tempo desafiantes, actos eleitorais: as eleições autárquicas 2017. Nunca nos podemos esquecer que como estão os sindicatos para a esquerda estão as autarquias locais para o CDS.



Por natureza de interesse e de mobilização, tratam-se das eleições com menor taxa de abstenção, significando que a política de proximidade traz consigo uma vantagem crescente para as estruturas políticas. Este será um momento de oportunidade e crescimento para a juventude centrista, que com o partido terá uma posição concertada mas autónoma. Será um período de estar próximo das bases e com elas construir uma estratégia congemina de acordo com a realidade de cada região.

Pretendemos fazer este caminho, que se espera longo mas necessário, em parceria com as estruturas distritais e concelhias. Dessa forma o manual de estratégia autárquica é o início e não o fim do processo. Num plano concertado com este manual e distribuído pelo tempo colocaremos a formação autárquica das nossas estruturas e dirigentes como o princípio basilar para o sucesso: o crescimento. Esse por sua hora será, inevitavelmente, consequência do modelo a implantamos juntos em cada distrito ou região e por sua vez em cada concelho. É nosso objectivo organizar uma convenção nacional de jovens autarcas populares. Acreditamos convictamente que os frutos desta estratégia apenas podem existir com uma estreita ligação juntos das bases.

O crescer pretendido, não é apenas em número, que também o é importante, mas sobretudo na qualidade dos nossos candidatos. A Juventude Popular tem por obrigação histórica tornar prioritário o seu corpo local, porque se tivermos MELHOR JP daremos melhores respostas às necessidades, desafios e anseios da população e particularmente da juventude.



Uma preparação de fundo e antecipada do próximo embate nas autarquias locais, com objectivos atingíveis, cientes das dificuldades e com uma enorme vontade de fazer acontecer estaremos em condições de Vencer, numa primeira instância a apatia interna e a seguir o tempo perdido no abandono ao poder local por parte dos populares.



FRANCISCO MOTA

VICE-PRESIDENTE DA JUVENTUDE POPULAR
COORDENADOR AUTÁRQUICO NACIONAL DA JUVENTUDE POPULAR



“As autarquias estão para os Democratas-Cristãos
como os sindicatos para os partidos de esquerda”

- Adelino Amaro da Costa



Manual Autárquico
JUVENTUDE POPULAR © 2016